


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0004593-09.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisionais - Família**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 11/07/2014 09:33:00 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

ROBERTO MARCIANO DOS SANTOS propõe ação visando a internação compulsória de **PAULO ROBERTO DOS SANTOS** aduzindo que o réu, seu filho, é dependente químico e por conta disso sofre de transtornos mentais e comportamentais. Que não adere aos tratamento ambulatoriais e portanto necessita de internação para tratamento.

Juntou documentos e requereu, em sede de antecipação de tutela, a internação compulsória do réu.

A medida foi concedida e o réu internado na Clínica Via Saúde.

Laudos foram juntados e precatória expedida para citação. O réu foi citado.

A fls. 43 o autor atravessou petição informando que em setembro de 2012 o réu recebeu alta, entretanto, poucos dias depois voltou à dependência. Requereu nova internação, medida esta novamente concedida.

Relatório da clínica juntado a fls. 67 dá conta de que o paciente recebeu nova alta em maio/2013.

A fls. 78 o autor requereu a extinção da ação pela perda superveniente do interesse de agir, informando ainda, que o réu, naquela data se encontrava preso.

Não houve contestação.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

O caso é de extinção do processo pela perda do interesse processual.

O Município, em cumprimento à liminar, providenciou a internação compulsória do réu, na Clínica Via Saúde, em Descalvado. Houve a desinternação.

Posteriormente notícia de novo envolvimento com as drogas fez com que novo pedido de internação fosse deferido. Recebeu alta em maio/2013 conforme relatório de fls. 67.

Ademais, constou dos autos que o réu foi preso.

Tem-se, então, que atualmente não é mais necessária a tutela jurisdicional, pois o pedido deduzido no processo foi satisfeito durante seu curso.

Se ocorrerem novos fatos ou alterar-se o panorama fático tornando-se necessária nova internação, então, caso não alcançada a prestação de saúde na via administrativa, nova ação deverá ser proposta, com base nessa nova causa de pedir remota.

Cumprе anotar que muito embora tenha ocorrido a perda superveniente do interesse processual, a propositura da demanda foi necessária para ver reconhecido o direito de Paulo Roberto dos Santos em realizar o tratamento em internação, por meio da concessão de tutela antecipada.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, com fulcro no art. 267, VI do CPC, ante a perda superveniente do interesse processual.

Sem condenação em honorários.

Oportunamente arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 27 de agosto de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA